

## MULHER E SOCIEDADE NO BRASIL OITOCENTISTA

Rosana Cássia Kamita (UFSC)

O século XIX foi marcado por muitas transformações, destacando-se a consolidação do capitalismo, o desenvolvimento da vida urbana; consolidação de ideais burgueses, responsáveis, em grande parte, pela organização familiar, incluindo-se aí os papéis atribuídos a cada membro da sociedade. Nos tempos coloniais chamava a atenção dos estrangeiros o confinamento das mulheres brasileiras, que praticamente não eram vistas, mantendo-se enclausuradas. No século XIX a mulher ainda estaria bastante circunscrita ao lar.

No livro *Diário da Baronesa E. de Langsdorff* a baronesa relata sua viagem ao Brasil por ocasião do casamento de S. A. R. o Príncipe de Joinville entre os anos de 1842 e 1843 e chama sua atenção o comportamento recluso da mulher brasileira: “As mulheres saem muito pouco, quase não gostam de movimento e, quando saem, é para ir a alguma reunião de família, nos dias de festa de nascimento ou aniversário de um parente.” (1999:116).

Nas relações familiares da chamada família burguesa, havia a valorização da mulher enquanto mãe e esposa. As filhas eram criadas para o casamento, para tornar-se esposa e mãe dedicada, não lhe cabendo auxiliar no sustento da casa. Logicamente isso se refere ao ideal burguês, o que não significa que a vida de todas as mulheres tenha sido assim. Crescem proporcionalmente as dificuldades à medida que elas pertençam a classes econômicas menos privilegiadas.

Aos poucos os centros urbanos ganhavam destaque e importância. As casas mais ricas se abriam para receber familiares e amigos, podendo estender-se a saraus, jantares e festas. A mulher de elite passou então a ser avaliada também nessas circunstâncias, sendo necessário que ela demonstrasse ter uma certa cultura e ao menos uma pequena formação intelectual. No

entanto, seu comportamento era sempre vigiado pelos homens da família e sua conduta era alvo de atenção da sociedade. O comportamento público deveria seguir algumas normas de comportamento ditadas pelas regras sociais. O verniz cultural que a mulher viesse ter representaria o prestígio social de sua família.

Durante as reuniões ou saraus a literatura estava presente, com a leitura em voz alta de poesias e romances, contribuindo para a formação de leitoras. O período referido era o de efervescência dos ideais românticos, e entre bordados e receitas o público feminino também se comprazia com histórias românticas geralmente com heroínas sofrendo por um amor, com um final feliz, ou, geralmente no caso dessas mesmas heroínas se insurgirem contra determinados padrões de comportamento, com um final moralizante, podendo a personagem receber como castigo sua própria morte.

As filhas pertencentes às classes sociais de maior poder econômico poderiam receber instrução a partir dos oito ou nove anos e que se estenderia até os treze ou quatorze anos. Sua educação consistia em música, dança, bordado, orações, língua estrangeira e um pouco de literatura. Uma das maiores virtudes esperadas dessas moças era ser tímida, ou pelo menos aparentar timidez diante das pessoas e só participava de conversas de adultos se fosse convidada a fazê-lo. As meninas geralmente despediam-se bem cedo de sua infância e trocavam as bonecas por bebês de verdade; aos quatorze ou quinze anos elas já poderiam tornar-se “senhoras” casadas, às vezes até antes dessa idade, sem a mínima orientação sexual. Essa maternidade precoce levaria algumas mulheres a ter problemas de saúde, podendo chegar inclusive à morte.

O futuro marido seria escolhido levando-se em conta aspectos econômicos e nem sempre poderia corresponder às suas expectativas, o que teria motivado escritores brasileiros de ficção a trabalhar com o tema de matrimônios infelizes. A família brasileira pautada pelos padrões burgueses tinha uma concepção de casamento como ascensão social ou manutenção de *status*. Os

critérios para um “bom casamento” eram essencialmente econômicos e a futura esposa não seria presença imprescindível nas negociações em torno de sua união.

Uma vez casadas, deveriam se dedicar inteiramente ao lar e uma das maiores ofensas que se poderia fazer a uma mulher era a de acusá-la de não saber administrar sua casa.

Após seu casamento, muito se esperaria da mulher em relação à sua dedicação à família. Como pondera Maria Ângela D’Inc ao:

Convém não esquecer que a emergência da família burguesa, ao reforçar no imaginário a importância do amor familiar e do cuidado com o marido e os filhos, redefine o papel feminino e ao mesmo tempo reserva para a mulher novas e absorventes atividades no interior do espaço doméstico. Percebe-se o endosso desse papel por parte dos meios médicos, educativos e da imprensa na formulação de uma série de propostas que visavam “educar” a mulher para o seu papel de guardiã do lar e da família – a medicina, por exemplo, combatia severamente o ócio e sugeria que as mulheres se ocupassem ao máximo dos afazeres domésticos. Considerada base moral da sociedade, a mulher de elite, a esposa e mãe da família burguesa deveria adotar regras castas no encontro sexual com o marido, vigiar a castidade das filhas, constituir uma descendência saudável e cuidar do comportamento da prole. (Del Priore 2000:223).

Lembrando que esse comportamento era o esperado da mulher burguesa, mas outras mulheres, de classes sociais menos favorecidas economicamente e escravas tinham ainda menos voz e vez, principalmente no que se refere à educação formal, precária ou nula, o que em si já seria motivo de grandes limitações sociais.

Os costumes da corte portuguesa que havia chegado ao Rio de Janeiro em 1808 serviu como referência para as mulheres de classe social superior que procuraram seguir o comportamento europeu o que significa dizer que passaram a ser mais vistas em espaços públicos. É preciso deixar claro que eram pequenos avanços, não se constituindo em regra de comportamento extensiva à maioria. June Hahner esboça um panorama brasileiro que ilustra a situação obsoleta da nação:

O Brasil de meados do século XIX . . . era uma nação atrasada em muitos aspectos, com uma sociedade altamente estratificada e uma economia dependente do sistema de trabalho escravo. Os sete milhões de habitantes desse país esparsamente colonizado, com 8.511.000 km quadrados, estavam concentrados na costa. A maioria da população vivia na área rural, cultivando a terra com técnicas primitivas. Através da primeira metade do século XIX, a maioria das cidades continuava a ser locais pacatos com ruas lamacentas, transitadas por mulas de carga, porcos e galinhas, embora também servissem como centro social, religioso e de comércio para as áreas vizinhas. Os meios de transporte eram rudimentares e as indústrias de manufatura eram praticamente inexistentes. (1981: 30).

À mulher era primordialmente destinado o espaço privado, enquanto para o homem era oferecida também a opção do espaço público, ruas, praças, hotéis, escritórios, armazéns, entre outros. Não era bem vista a mulher que freqüentasse amiúde o espaço público, menos ainda se desacompanhada. Por isso, era comum por esse tempo a venda de porta em porta de vários produtos, desde legumes, frutas e ovos até os romances de Alencar e Macedo, que muito sucesso faziam nesse período.

A partir da segunda metade do século XIX as mudanças se acentuaram, os avanços tecnológicos aportavam ao Brasil vindos da Europa o que incitou o desenvolvimento de alguns centros urbanos. O Rio de Janeiro constituía-se no foco das atividades intelectuais, culturais e econômicas do Brasil. O panorama já poderia ser considerado mais favorável à educação formal das mulheres. Através desses pequenos progressos, uma parcela limitada da população tornou-se alfabetizada. Em relação à mulher ela deveria receber uma educação voltada à sua vida familiar, ou seja, não receberia instrução que a levasse à autonomia crítica, mas a ênfase recairia sobre sua formação moral. Não haveria necessidade de transmitir-lhe informações que extrapolassem a esfera de sua atuação doméstica, apenas aquilo que exigiriam seus papéis de esposa e mãe. A educação da mulher não seria para ela, mas além dela, serviria a uma função social da qual ela fazia parte. Ou seja, para a mulher o melhor futuro seria aquele em que ela pudesse se casar e

cuidar do lar e da família. Segundo informações de Hahner: “A primeira legislação relativa à educação das mulheres surgiu em 1827, mas a lei admitia meninas apenas para as escolas elementares, não para instituições de ensino mais adiantado”. (1981: 33). As professoras destinadas ao ensino das meninas eram menos preparadas e recebiam salários menores do que os professores que instruíam meninos. No entanto, apesar dos percalços, os primeiros passos estavam dados e muito proviria desse tímido advento.

A partir dessas constatações compreende-se melhor o pequeno espaço ocupado pelas mulheres na literatura brasileira. O fator determinante seria o da precária educação oferecida às mulheres, além de muitos outros elementos restritivos. As poucas que se expuseram ao mundo das letras não receberiam incentivo por parte da maioria da sociedade, pois não era esse o papel que dela se esperava. Seria como uma contravenção às regras da família patriarcal. Norma Telles comenta:

O discurso sobre a “natureza feminina”, que se formulou a partir do século XVIII e se impôs à sociedade burguesa em ascensão, definiu a mulher, quando maternal e delicada, como *força do bem*, mas, quando “usurpadora” de atividades que não lhe eram culturalmente atribuídas, como *potência do mal*. (Del Priore 2000: 403).

Percebe-se que a presença da mulher na literatura se deu de forma acanhada, tímida, com louváveis exceções que tornaram pública sua incursão às letras. Há, logicamente, questões que extrapolam o campo da literatura e que explicariam esse afastamento feminino. A sociedade patriarcal esperava da mulher uma função social bem distante da pena. Ainda assim, com todas as limitações intelectuais e sociais, houve escritoras brasileiras que superaram os obstáculos e escreveram. Torna-se importante, sem condescendência, reconhecer a dedicação e coragem das brasileiras que escreveram e publicaram suas obras, fazendo prevalecer sua vontade acima dos preconceitos que poderiam vir a sofrer.

Se hoje a posição da mulher na sociedade se distancia cada vez mais do papel feminino exercido no século XIX é graças ao empenho de mulheres que viveram à frente de seu tempo, expondo-se às críticas e lutando para conquistar o espaço quase sempre bastante cerceado. Esse percurso em árido terreno fez com que as mulheres fossem pouco a pouco almejando ampliar sua atuação na sociedade, não se limitando à esfera doméstica: “No final do século XIX, algumas mulheres não mais queriam apenas respeito, tratamento favorável dentro da família ou direito à educação, mesmo educação universitária, mas sim o desenvolvimento pleno de todas as suas faculdades, dentro e fora do lar”. (Hahner 1981:81).

Inês Sabino em seu livro *Mulheres Illustres do Brazil* publicado em 1899 teve por objetivo tirar do esquecimento as mulheres eminentes do passado que se destacaram em vários setores da sociedade e também trabalhou no resgate da memória literária: Faço, outrossim, salientar as que mais sobressaíram nas letras, a fim de que se conheça que houve alguém que amou a arte e viveu pelo talento, tirando-as, como as outras, da barbaria do esquecimento, para fazê-las surgir, como merecem, á tona da celebridade”. (Sabino 1996: 9). Ela se mostra preocupada com a literatura feminina brasileira e usa seu livro como forma de incitar a produção literária:

Mas, para que isso succeda, para que a *Arte* entre nós, não seja condemnada a eterno marasmo, necessita-se dar-se-lhe azas, impulso, estímulo, a fim de que o talento surja com a *força* que constitue a sua originalidade.

...  
À que vive pelo cerebro, tem mais percepção do que a que se occupa de couzas frivolas. Ella sente-se n’um mundo que é seu, cria o seu meio, e estatue para a sua vida, uma enormidade de prazeres, que outras desconhecem... (1996 169-270).

Não era fácil para as escritoras brasileiras insurgirem-se aos padrões impostos para o comportamento feminino, e mesmo após a publicação de suas obras, ainda haveria a opinião do público leitor e dos críticos literários da época, que poderiam variar da condescendência com

censura embutida ou desestimular de forma preconceituosa a iniciativa de algumas escritoras. Se a tentativa literária demonstrasse senso crítico ou se posicionasse em relação a temas que se distanciassem do espaço doméstico ou do sentimentalismo vazio, a crítica se tornava mais severa. Um exemplo seria o de Narcisa Amália de Campos (1852-1924), segundo Sylvia Perlingeiro Paixão: “Narcisa Amália foi a primeira mulher a se profissionalizar como jornalista, alcançando projeção em todo o Brasil com seus artigos em favor da abolição e da Escravatura, em defesa da mulher e dos oprimidos em geral.” (Muzart 1999:536). Apesar de ter recebido críticas positivas de Machado de Assis e de Sílvio Romero (não em relação aos poemas de cunho social), nem todos concordavam com suas concepções. O crítico C. Ferreira, do jornal *Correio do Brasil*, do Rio de Janeiro, representa a opinião daqueles contrários à exaltação da produção literária feminina que encerrasse julgamento: “Mas perante a política, cantando as revoluções, apostrofando a reio, endeusando as turbas, acho-a simplesmente fora de lugar . . . o melhor é deixar [o talento da ilustre dama] na sua esfera perfumada de sentimento e singeleza”. (Del Priore 2000: 422).

Logicamente nem todos os homens da época eram apegados aos preconceitos em relação às mulheres. Cite-se como exemplo A. de Almeida num artigo sobre a poetisa Júlia da Costa (1844-1911):

A par desses moços que se afastam do trabalho material para buscar ansiosos os labores, as fadigas da inteligência, a par do homem que cultiva artes ou ciências ou letras, vive a mulher que também é inteligência, que também luta no mesmo trabalho e dos mesmos pesares participa, e as mesmas ambições alimenta no coração, e as mesmas crenças e a mesma fé levam ao mesmo fim. Mas não parece que nesta terra, sob este céu azul do Cruzeiro, a mulher tem a mesma condição da Grécia antiga ou da Roma pagã? Não parece que também lhe negam o direito de ser inteligente? (Muzart 2001: 399).

A História das mulheres foi escrita em grande parte sob a ótica masculina. Mas muitas não perderam a oportunidade de denunciar a discriminação feminina, principalmente aquelas que tiveram oportunidade de se instruírem e se colocaram a serviço de uma causa social, objetivando tirar do marasmo, da ignorância e do servilismo a maioria das mulheres da época.

Durante o século XIX ainda se percebem muitos preconceitos em relação às mulheres e sua atuação na sociedade era limitada à esfera familiar, em sua maior parte. Percebe-se também, no entanto, que foi um século profícuo para o nascimento de ideais que se distanciassem dos padrões sociais impostos e que limitavam a atuação feminina com o aval da família patriarcal. Algumas mulheres mostram-se já conscientes de seu estado de submissão e demonstraram claramente seu anseio em conquistar um espaço legítimo, que não o exclusivamente circunscrito ao lar.

A poetisa Júlia da Costa traduziu esses anseios em poéticas palavras: “Não pode uma flor que cresce entre estufas, sem sol, sem orvalho, estender seus ramos e perfumar os campos, com os gratos perfumes das flores da primavera.” (Muzart 2001: 26).

## BIBLIOGRAFIA

DEL PRIORE, Mary (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Ed. Contexto, 2000.

HAHNER, June E. *A MULHER BRASILEIRA e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LANGSDORFF, E. de. *Diário da Baronesa E. de Langsdorff relatando sua viagem ao Brasil por ocasião do casamento de S. A.R. o Príncipe de Joinville: 1842-1843*. Trad. Patrícia Chittoni Ramos e Marco Antônio Toledo Neder. Florianópolis: Editora Mulheres, 1999.



MUZART, Zahidé Lupinacci (org.). *Escritoras Brasileiras do Século XIX*. Florianópolis: Editora

Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999.

--- (org.). *Poesia – Júlia da Costa*. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001.